

São Paulo, 28 de Março de 2024.

AO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ref.: Carta de Apresentação | Demonstrações Financeiras de 31.12.2023

Em atendimento à Resolução BCB nº 02 de 12 de agosto de 2020, a Limine Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.361.690/0001-72 (“Limine”), neste ato representada na forma de seu Contrato Social, apresenta por meio desta, suas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2023, compostas dos seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras;
- Relatório dos Auditores Independentes.

Informamos que as Demonstrações Financeiras acima mencionadas foram disponibilizadas no dia 28 de março de 2024, no sítio eletrônico: www.liminedtm.com.br.

Por fim cumpre salientar que a alta administração da Limine é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

Atenciosamente,

LIMINE TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
NIVEA MARY YOSHIDA
DIRETORA

CONTCOR ASSESSORIA CONTÁBIL E FISCAL LTDA
VALDEMIR SOPRANI
CONTADOR - CRC 1SP 088327/0-0



LIMINE TRUST D.T.V.M. LTDA.

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

Conteúdo

Relatório da Administração

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstração do Resultado Abrangente

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório da Administração

Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento com as determinações legais, as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhado das respectivas notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A Limine DTVM tem como principais atividades, a prestação de serviços, incluindo os serviços fiduciários. Neste contexto, durante o exercício de 2023 a Limine DTVM manteve o foco na ampliação da estrutura de prestação de serviços de Administração Fiduciária, Custódia e Escrituração de Fundos de Investimento.

A Instituição finalizou o exercício de 2023 apresentando crescimento em número de fundos e volume administrado. Para o próximo exercício, a Limine DTVM continuará com a ampliação da prestação dos serviços voltados para fundos de investimentos, com foco na qualidade de seus serviços e continuidade do fortalecimento de seu ambiente de controles.



LIMINE TRUST D.T.V.M. LTDA

CNPJ 24.361.690/0001-72

Balço Patrimonial

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO				PASSIVO			
	n.e	2.023	2.022		n.e	2.023	2.022
Circulante		1.973	1.333	Circulante	3.c	850	552
Disponibilidades	5	5	24	Outras obrigações:			
Aplicações em Operações Compromissadas	6	765	608	Fiscais e Previdenciárias	9	195	120
Títulos Renda Fixa		765	608	Diversas	10	655	432
Outros Créditos:		1.186	693				
Serviços a Receber	7	1.132	666	Patrimônio líquido		1.513	1.218
Impostos e Contribuições a Compensar		18	15	Capital Social			
Pagamentos a Ressarcir		41	12	De domiciliados no País	11	2.800	2.800
Prov. Para outros créditos de liq. Duvidosa		(5)	-	Prejuízos acumulados		(1.287)	(1.582)
Outros Valores e Bens		17	8				
Despesas Antecipadas		17	8	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.363	1.770
Não circulante	8	390	437				
Imobilizado de uso:							
Outras imobilizações de uso		601	545				
Depreciação acumulada		(211)	(108)				
Total do Ativo		2.363	1.770				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIMINE TRUST D.T.V.M. LTDA

CNPJ 24.361.690/0001-72

Demonstração do resultado

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	n.e	2º semestre	Exercícios	
		2.023	2.023	2.022
Resultado da intermediação financeira		30	65	140
Receitas da intermediação financeira				
Resultado de operações com instrumentos financeiros		30	65	140
Outras Receitas/Despesas Operacionais		467	313	(179)
Receitas de Prestação de Serviços	14	5.849	10.411	6.385
Despesas de Pessoal	15	(513)	(896)	(603)
Outras Despesas Administrativas	16	(4.287)	(8.159)	(5.319)
Despesas Tributárias	17	(566)	(1.016)	(650)
Outras Receitas / Despesas Operacionais		(16)	(27)	8
Resultado operacional		497	378	(39)
Resultado não operacional	4.k	-	-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		497	378	(39)
Impostos e Contribuições:				
Imposto de Renda e Contribuição Social	12	(83)	(83)	-
Lucro/(Prejuízo) Líquido do semestre/exercício		414	295	(39)
Quantidade de quotas	11	2.800	2.800	2.800
Lucro/(Prejuízo) Líquido por quota		0,1479	0,1054	(0,0139)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



LIMINE TRUST D.T.V.M. LTDA
CNPJ 24.361.690/0001-72
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido
exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022
e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 30 de junho de 2023	2.800	-	(1.701)	1.099
Lucro do Semestre			414	414
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.800	-	(1.287)	1.513
Movimento no Semestre	-	-	414	414

Saldo em 01 de janeiro de 2023	2.800	-	(1.582)	1.218
Lucro do exercício			295	295
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.800	-	(1.287)	1.513
Movimenta�o no exercício	-	-	295	295

Saldo em 01 de janeiro de 2022	2.800	14	(1.557)	1.257
Prejuízo do exercício			(39)	(39)
Destina�o:				
Compensac�o de prejuízo contabil		(14)	14	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.800	-	(1.582)	1.218
Movimenta�o no exercício	-	(14)	(25)	(39)

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

LIMINE TRUST D.T.V.M. LTDA

CNPJ 24.361.690/0001-72

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022
e semestre findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

	n.e	2º Semestre	Exercícios	
		2.023	2.023	2.022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro(Prejuízo) do semestre/exercício		414	295	(39)
Depreciações e Amortizações		52	103	54
Baixa - Bens do imobilizado		0	0	4
Baixa - Depreciações e Amortizações		0	0	(3)
		466	398	16
Variações nos ativos e passivos				
Redução/(aumento) Títulos Vals Mobs.Instr. Financeiros		(252)	(157)	325
Redução/(aumento) Outros Créditos		(377)	(502)	(137)
(Redução)/aumento em Outras Obrigações		208	298	23
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		45	37	227
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado de uso		(55)	(56)	(294)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(55)	(56)	(294)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento		-	-	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(10)	(19)	(67)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		15	24	91
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre /exercício	5	5	5	24
Aumento (redução) das disponibilidades		(10)	(19)	(67)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIMINE TRUST D.T.V.M. LTDA**CNPJ 24.361.690/0001-72****Demonstração do Resultado Abrangente****Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022****e semestre findo em 31 de dezembro de 2023***(Em milhares de Reais)*

EVENTOS	2º Semestre	Exercícios	
	2.023	2.023	2.022
Resultado do Semestre/Exercício	414	295	(39)
Outros Resultados Abrangentes			
Ajuste a Valor de Mercado de Títulos	-	-	-
Resultado Abrangente Total	414	295	(39)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

Limine Trust D.T.V.M. Ltda. (“Distribuidora”) foi constituída em 05 de Março de 2016 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 07 de outubro de 2016 iniciando efetivamente suas operações em Outubro de 2016.

A Distribuidora é uma sociedade limitada, sediada na cidade de São Paulo – SP, na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1184, 9º andar, cjto. 91, Vila Olímpia, cujo objeto social é a prática de operações inerentes às Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, por conta própria e de terceiros.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Distribuidora são de responsabilidade da sua Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e regulação emanadas do CMN – Conselho Monetário nacional e do BCB – Banco Central do Brasil, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Por fim cumpre salientar que a alta administração da “DTVVM” em atendimento ao disposto na Resolução nº 4818 de 29 de maio de 2020 do CMN, declara de forma explícita e sem reserva, que as Demonstrações Financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do CMN e do BCB, bem como que é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras e sua divulgação a terceiros, foi dada pela Administração em 30 de janeiro de 2024.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Instituição é o Real (R\$), e as demonstrações financeiras estão apresentadas em valores expressos em milhares de Reais.

4. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são calculados com base no método exponencial, observando-se o critério “pro rata” dia.

b) Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pela Distribuidora, como a mensuração de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, valorização de determinados instrumentos financeiros, passivos contingentes, avaliação do valor de recuperação de ativos e vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

c) Demais ativos e passivos circulantes

Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas.

d) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em mercado aberto, aplicações em renda fixa e operações compromissadas, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representadas por operações compromissadas, remuneradas a taxas pré-fixadas, lastreadas em títulos públicos, demonstradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos decorridos, calculados em base pela SELIC.

f) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 - BCB e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação – adquiridos com o objetivo de serem ativos e, frequentemente, negociados, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

No exercício encerrado, em 31.12.2023 e em 31 de dezembro de 2022 os títulos e valores mobiliários estão classificados como “Títulos Disponíveis para Negociação”.

g) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

É constituída com base na expectativa de perdas na realização de rendas a receber por serviços prestados. Para o cálculo da respectiva provisão é observado o disposto na Resolução 2682/1999 - CMN.

h) Imobilizado de uso

No Imobilizado de uso são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% a.a. para “Sistema de Processamento de Dados e Veículos” e de 10% a.a. para as demais contas.

i) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09 - CMN, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Passivos contingentes: são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificarmos como perda remota.
- Provisões: são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições e são provisionadas.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

A Distribuidora não possui em 31/12/2023 e 2022 ativo ou passivo contingente.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda é calculada à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social é calculada à alíquota de 15%.

A Lei nº 13.169/2015 elevou a alíquota da Contribuição Social para:

- a) 20% no período de 01/09/2015 a 31/12/2018.
- b) 15% no período de 01/01/2019 até 30/06/2021.
- c) 20% do período de 01/07/2021 até 31/12/2021, conforme Lei 14.183/2021

- d) 15% no período de 01/01/2021 até 30/08/2022
- e) 16% a partir de 01/09/2022 a 31/12/2022 conforme Lei 14.446/2022.
- f) 15% a partir de 01/01/2023.

k) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB n.º 2 de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34.º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que:

I – não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II – não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Com base na definição acima, a Distribuidora não teve nenhuma operação classificada como não recorrente nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

5. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em mercado aberto, aplicações em renda fixa e operações compromissadas, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo:

Disponibilidades	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depósitos Bancários	<u>5</u>	<u>24</u>
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	5	24

6. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “disponível para venda” foram ajustados pelo valor de mercado na data do balanço, utilizando as taxas da operação e coleta de taxas de mercado.

<u>Tipo Aplicação</u>				<u>2023</u>	<u>2022</u>
	Vencimento 1 a 4 anos	Vencimento 4 a 6 anos	Valor de Mercado	Valor de Custo atualizado	Valor de Mercado
Disponível para Venda					
LFT	<u>632</u>	<u>133</u>	<u>765</u>	<u>765</u>	<u>608</u>
Total	632	133	765	765	608

Operações com Derivativos: A Distribuidora não possui, em 31/12/2023 e 31/12/2022, saldo em instrumentos financeiros derivativos.

7. Serviços a Receber

Em 31 de dezembro de 2023 a conta de Serviços a Receber apresenta a seguinte composição:

Serviços a Receber	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços de Custódia em Geral	377	242
Administração de Fundos Quaisquer	486	366
Serviços de Agente Fiduciário	269	58
Total	<u>1.132</u>	<u>666</u>

8. Imobilizações de uso

Em 31 de dezembro de 2023 o imobilizado apresenta a seguinte composição:

Composição dos saldos	Taxa de Depreciação	31/12/2023		31/12/2022
	Anual (%)	Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	10	1	0	1
Moveis e utensílios	10	120	22	98
Equipamentos de Proc. de Dados	20	281	127	154
Equipamentos de Comun. e Segurança	10	16	4	12
Equipamentos de Uso	10	10	7	3
Veículos	20	146	32	114
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	27	19	8
Total		<u>601</u>	<u>211</u>	<u>390</u>

8.1 Movimentação do custo

	31/12/2022		31/12/2023		
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Instalações	1	0	0	0	1
Moveis e utensílios	64	56	0	0	120
Equip. De Proc. de Dados	281	0	0	0	281
Equipamentos de Com. E Segurança	16	0	0	0	16
Sistemas de Uso	10	0	0	0	10
Veículos	146	0	0	0	146
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	27	0	0	0	27
Total	<u>545</u>	<u>56</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>601</u>

(*) a taxa de amortização está sendo calculada “pro-rata” de acordo com o prazo de vigência do contrato.

8.2 Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução nº 4924/2021 - CMN, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), a Distribuidora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do exercício as eventuais perdas apuradas.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram constatadas perdas no valor recuperável dos ativos.

9. Obrigações fiscais e previdenciárias

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as obrigações fiscais e previdenciárias apresentam a seguinte composição:

Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IRPJ/CSLL a Recolher	<u>0</u>	<u>0</u>
IRPJ	0	0
CSLL	0	0
Impostos e Contribuições Sobre Serviços	<u>4</u>	<u>4</u>
IRRF. =1708.....	1	1
CSLL/COFINS/Pis = 5952.....	3	3
Impostos e Contribuições Sobre Salários	<u>105</u>	<u>66</u>
I.N.S.S.....	43	25
F.G.T.S.....	4	1
IRRF. 0561.....	58	40
Outros	<u>86</u>	<u>50</u>
COFINS	37	25
ISS.	43	21
PIS	6	4
<u>Total</u>	<u>195</u>	<u>120</u>

10. Diversas – Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo da conta Outras Obrigações – Diversas apresentam a seguinte composição:

Outras Obrigações - Diversas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	<u>43</u>	<u>107</u>
Bens e Direitos	43	107
Pagamentos a Efetuar	<u>612</u>	<u>325</u>
Despesa de Pessoal	130	86
Despesas Administrativas	482	239
Total	<u>655</u>	<u>432</u>

11. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o capital social está representado por 2.800.000 quotas subscritas e integralizadas. As quotas são detidas por quotistas residentes e domiciliados no País, cujo valor unitário é de R\$ 1,00 cada.

12. Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o demonstrativo do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social apresentam a seguinte composição:

Apuração de IR/CSLL	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	378	378	-38	-38
Base de Cálculo	378	378	-38	-38
Adições (Exclusões):				
Despesas Não Dedutíveis	0	0	0	0
Provisão (Reversão para devedores duvidosos)	5	5	0	0
LUCRO REAL	<u>383</u>	<u>383</u>	<u>-38</u>	<u>-38</u>
(-) Compensação de Prejuízos Fiscais	-115	-115	0	0
BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E CSLL	<u>268</u>	<u>268</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
Encargos IRPJ 15% + adicional de 10%	-43	0	0	0
Encargos de CSLL 15%	0	-40	0	0
(-) Incentivos Fiscais	0	0	0	0
TOTAL	<u>-43</u>	<u>-40</u>	<u>0</u>	<u>0</u>

13. Prejuízo fiscal

A Distribuidora possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Distribuidora optou por não registrar créditos tributários sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativas de contribuição social, em função da inexistência de lucros tributáveis futuros.

Prejuízo Fiscal e Base Negativa	2023	2022
IRPJ/CSLL	1.637	1.751

14. Receitas de prestação de serviços

	2º SEM 2023	2023	2022
Administração de Fundos	2.540	4.676	3.842
Assessoria Técnica	1.252	2.194	223
Serviços de Custódia	2.057	3.520	2.320
Outras Receitas	0	21	0
Total	5.849	10.411	6.385

15. Despesas de Pessoal

	2º SEM 2023	2023	2022
Benefícios	196	299	81
Encargos sociais	159	332	267
Proventos	156	259	245
Treinamentos	2	6	10
Total	513	896	603

16. Outras despesas administrativas

Outras despesas Administrativas	2º SEM 2023	2.023	2.022
Água, energia elétrica e gás	10	21	20
Aluguel	153	290	240
Comunicações	9	19	21

Honorários	470	1.089	876
Material Limpeza e Escritório	6	10	12
Processamento de dados	1.009	1.855	1.435
Serviços Sistemas Financeiro	106	301	75
Serviços Técnicos Especializados	2.300	4.111	2.263
Transporte	3	6	18
Despesas de Depreciação	52	103	54
Outras despesas Administrativas	169	354	305
Total	4.287	8.159	5.319

17. Despesas Tributárias

	<u>2º SEM 2023</u>	<u>2.023</u>	<u>2.022</u>
CVM	49	99	98
ISS	216	380	204
COFINS	236	420	261
PIS	38	68	43
Outros	27	49	44
Total	566	1.016	650

18. Contingências

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam processos judiciais com risco de perda provável ou possível. As declarações de renda do último ano estão sujeitas à revisão e aprovação pelas autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis.

19. Transações com Partes Relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Distribuidora contratou serviços administrativos de empresa que tem sócios em comum com os sócios da Distribuidora. Os saldos das despesas envolvendo partes relacionadas são os seguintes:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>Despesa</u>	<u>Despesa</u>
Despesas Administrativas		
Serviços Técnicos Especializados		
Addtech Serviços Ltda.	-2.085	-834

20. Remuneração do pessoal chave da administração

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 houve pagamento de remuneração do pessoal chave da administração no montante de R\$ 1.089 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 498.

21. Limite Operacional (acordo de Basiléia)

Em julho de 2008, entrou em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar. No período de 1º de Janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, as instituições financeiras e entidades equiparadas tinham que manter patrimônio líquido mínimo de 8% (oito por cento) dos seus ativos ponderados por graus de risco às exposições em ouro, moedas estrangeiras e operações sujeitas à variação cambial, à variação de taxas de juros, à variação do preço de commodities, à variação do preço de ações classificadas na carteira de negociação e ao risco operacional, conforme normas e instruções do BACEN. A Distribuidora está enquadrada nesse limite operacional, tendo apresentado índice de Basiléia de 12,40% em 31 de dezembro de 2023, e (16,32% em 31/12/2022).

Abaixo segue resumo da apuração do Patrimônio de Referência:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PR - Patrimônio de Referência Nível 1	1.513	1.218
RWACPAD – Risco de Crédito	1.729	1.249
RWAOPAD – Risco Operacional	10.469	6.213
RWACAM - Risco de câmbio	0	0
RWA - Risco de Mercado	2	4
RWA	<u>12.201</u>	<u>7.466</u>
Margem de patrimônio em relação ao limite	<u>537</u>	<u>621</u>

22. Ouvidoria

O componente organizacional encontra-se em funcionamento e sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução nº 4860/2020 - CMN.

23. Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Em cumprimento à legislação específica e às melhores práticas para sua gestão eficiente, são feitas revisões periódicas e extraordinárias em todos os setores, em especial, no Cadastro. Esses procedimentos e medidas ocorrem em consonância uníssona com a gestão de riscos e controles internos.

24. Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento de riscos busca garantir o regular funcionamento da Distribuidora, por meio de conjunto de princípios, diretrizes, estratégias, metodologias, limites e responsabilidades aplicáveis. O apetite a riscos é definido pela Diretoria e está contido na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

Descrevemos, a seguir, resumo da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, cujo relatório específico está disponibilizado na página eletrônica da Distribuidora <http://www.liminedtvm.com.br/compliance>

a) Gestão de risco operacional:

O gerenciamento do risco operacional tem como objetivo prevenir e minimizar erros e falhas na prestação de serviços que possam impactar clientes, a imagem da Instituição ou perdas financeiras, desenvolvendo e executando um processo contínuo de controles internos por meio de processos de governança corporativa, estrutura organizacional e valores éticos. O gerenciamento dos riscos operacionais da Instituição é realizado por meio de processos de identificação, registro e tratamento dos eventos de riscos identificados, com base em metodologia e com suporte de documentação específica.

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a regulamentação vigente, constituída por políticas, procedimentos, plano de continuidade de negócios e atividade de auditoria interna terceirizada.

b) Gestão de risco de mercado:

O gerenciamento de risco é efetuado pela Área Financeira e Gestão de Riscos, juntamente com o Diretor responsável pela Área de Riscos, que são responsáveis pela construção, revisão e aperfeiçoamento de todas as políticas, metodologias e práticas dedicadas ao gerenciamento do risco de mercado, em atendimento as exigências da regulamentação vigente.

c) Gestão de risco de crédito:

Nos termos da regulamentação vigente, a exposição ao risco de crédito pela Distribuidora está associada a possibilidade de ocorrência de perdas vinculadas ao não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações envolvendo títulos e valores mobiliários. A Distribuidora não realiza operações de crédito. Como instrumentos mitigadores, a Distribuidora atua de forma conservadora e realiza uma criteriosa seleção de instituições que recebem as aplicações.

d) Gestão de risco de liquidez:

O gerenciamento do Risco de Liquidez é realizado pela Área Financeira e de Gestão de Riscos, juntamente com o Diretor responsável pela área de Riscos, que são responsáveis pela construção, revisão e aperfeiçoamento de todas as políticas, metodologias e práticas dedicadas ao gerenciamento

dos riscos de liquidez. A Distribuidora utiliza metodologias e modelos que visam gerir a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, o fluxo de caixa, o índice de liquidez.

e) Riscos socioambiental e reputacional

A Distribuidora atua para a mitigação do risco socioambiental ao considerar tal risco em seus serviços oferecidos. Com relação ao risco reputacional, atua para a sua mitigação por meio da busca: (i) da qualidade dos serviços prestados, (ii) da cultura interna de riscos e controles e (iii) do comprometimento de sua equipe com a ética e a integridade.

f) Gerenciamento de Capital:

A Instituição possui estrutura para gerenciamento de capital compatível com a complexidade dos produtos oferecidos, natureza das operações e dimensão de sua exposição ao risco. A estrutura de gerenciamento de capital compreende mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes, políticas e procedimentos que visam manter o capital compatível com os riscos e plano de capital.

25. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Informamos que a Empresa contratada para auditoria das demonstrações contábeis da Distribuidora não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

26. Evento Subsequente

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Nivea Mary Yoshida
Diretoria

Valdemir Soprani
Contador
Contador CRCSP 88327/0-O



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Quotistas e Diretores da

Limine Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

São Paulo, SP.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Limine Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Limine”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como, as respectivas notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Limine Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Limine”)**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.



Somos independentes em relação a “**Limine**”, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida foi suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da “**Limine**” é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da “**Limine**” continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da “**Limine**” são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- i. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ii. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- iii. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração
- iv. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possa levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da “**Limine**”. Se concluímos que existe uma incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais manter-se em continuidade operacional.



- v. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- vi. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024.

FINAUD Auditores Independentes SS

CNPJ: 20.824.537/0001-83

CRC 2SP 032.357/O-0

CVM n.º 12.238

**ALMIR
MATIAS**

GRUJE:154

04209810

Assinado de
forma digital por
ALMIR MATIAS
GRUJE:154042098

Dados: 2024.03.27
18:09:58 -03'00'

Almir Matias Gruje

Contador

1SP 212.435/O-4